

# A hora do mestrado profissional

\* Faculdades Pitágoras  
claudioc@pitagoras.com.br

**Cláudio de Moura Castro\***

## Resumo

A idéia do mestrado profissional está aflorando e ganhando legitimidade. As barreiras legais mais sérias já foram vencidas, mas, há, ainda, adversários ferrenhos. O que na realidade está freando o desenvolvimento do mestrado profissional é a sua estrutura atrelada à pós-graduação (PG) acadêmica que lhes tira a vida própria. Esta estrutura condena tais mestrados a uma vida acadêmica inapropriada para sua índole profissional.

É preciso buscar nestes cursos o equilíbrio que valorize o perfil do profissional que se quer produzir para se ajustar aos novos tempos, às novas exigências.

**Palavras-chave:** mestrado profissional; pós-graduação; ensino superior.

## Abstract

The idea of the professional masters program is flowering and gaining legitimacy. The most serious barriers have been overcome, but there still are strong adversaries. What is holding back the development of the professional masters is the fact that is unable to have a life of its own because its structure is tied to academic graduate programs. This structure condemns such masters programs to an academic life which is inappropriate for their professional orientation.

It is necessary to seek in these programs an equilibrium that values the professional profile that must be produced to adjust to new times, to new demands.

**Keywords:** professional masters; graduate studies; higher education.

## Maturidade da pós-graduação acadêmica e os novos (e inevitáveis) horizontes

Há problemas que são o resultado do êxito em resolver outros problemas. A pós-graduação brasileira, por ter tido um extraordinário sucesso, pôe a descoberto os territórios que não ocupou. A nossa PG fez, e fez bem, o que propôs fazer. Foi concebida como um sistema para formar professores pesquisadores para universidades cuja vocação – pelo menos parcial – é para a pesquisa e para a liderança intelectual. O próprio nome da Capes já proclama a sua vocação original.

Com o seu êxito, podemos mais claramente ver como ficaram a descoberto dois mercados de enorme importância: 1) O mercado das

empresas que necessitam de pessoal com um nível de preparação que ultrapassa a graduação; 2) As instituições de ensino que precisam de perfis de professores diferentes dos mestres e doutores voltados para a pesquisa acadêmica.

O primeiro caso é mais do que óbvio. Quando a graduação de Engenharia é menos do que requerem as empresas, o mestrado acadêmico revela-se um complemento pobre, por exigir demais em teoria e pesquisas de cunho acadêmico e oferecer de menos a convivência com os melhores profissionais do ramo e a prática do cotidiano das empresas. Isso é verdade nas engenharias, na administração e em outras áreas de serviço (para não falar na clínica médica onde mestrado e residência médica colidem conceitualmente).

No caso da formação de professores, os mestres e doutores de cunho acadêmico/pesquisador atendem apenas a um segmento do ensino superior. Como em todos os países, são minoritárias as instituições onde ensino e pesquisa realmente ocorrem. Nos Estados Unidos, são não mais de 3% das 3.500 instituições de ensino superior.

Poderíamos pensar que ainda que não façam pesquisa, oferecer aos professores uma longa formação de pesquisador seria a trajetória ideal. Mas, infelizmente, isso não é necessariamente verdade. Falta a preparação para o cotidiano do magistério e falta a motivação para, terminando uma tese de doutorado, ir ensinar na graduação. É interessante notar que, nos Estados Unidos, a maior parte dos *Community Colleges* não aceita doutores como professores, pois acha que não têm a paciência e a vocação para ensinar nos cursos iniciais e dar atenção a alunos menos bem-dotados.

E ainda que não quiséramos pôr tudo isso na mesa de discussão, há a aritmética implacável da expansão do ensino superior. Em primeiro lugar, na taxa em que está crescendo e deve continuar no futuro, não há a mais remota possibilidade de que sejam atendidos pelos atuais mestrados e doutorados que consomem, no mínimo cinco anos para produzir um graduado. Além disso, ao falar nos 30% de mestres e doutores, estamos nos esquecendo que os outros 70% continuarão em sala de aula. Para esses, quase nada existe, exceto uma especialização desregulada e desfocalizada.

Por esses argumentos, a idéia do mestrado profissional está aflorando e ganhando legitimidade. As barreiras legais mais sérias já foram vencidas. Mas ainda há adversários ferrenhos, sejam por purismo ou por defenderem reservas de mercado.

Não obstante, o que está freando o desenvolvimento do mestrado profissional é a sua estrutura atrelada à PG acadêmica que lhes tira a vida própria e os converte em prêmios de consolação ou mendigos, no Olimpo dos cursos acadêmicos. A estrutura presente condena os mestrados profissionais a uma mímica da vida acadêmica e da pesquisa “científica” totalmente inapropriada para sua índole profissional.

Sem que satisfaçam a exigências muito próximas daquelas apropriadas para o mestrado acadêmico, a Capes não os aceita. Na prática, isso significa que somente uma instituição operando um mestrado acadêmico pode satisfazer às exigências do profissional.

Se isso é assim, cumpre dar vida própria ao mestrado profissional, dentro e fora da Capes, mas em um processo liderado por ela. No que segue, apresentamos de maneira ainda tosca as principais idéias que poderiam nortear um tal mestrado. Resultam de conversas com pessoas que passaram pela Capes.

### **As condições de sobrevivência e êxito do mestrado profissional**

Se pensarmos na valorização do mestrado profissional, a primeira providência é definir quais seriam as condições necessárias para que sobrevivam e se desenvolvam como aconteceu tão brilhantemente com a PG acadêmica. Listamos abaixo o que nos parecem ser as condições mínimas para a sua operação.

#### *Avaliação e acompanhamento dos mestrados com vida própria e estrutura representativa*

O mestrado profissional, como modalidade de PG, tem que adquirir vida própria. Sua supervisão pela Capes tem que ser independente do que prevalece para as áreas acadêmicas.

Na prática, isso significa a criação de órgãos colegiados desde o topo até os visitantes e avaliadores que representem o espírito e a índole da profissão ensinada. A pergunta é a seguinte: Qual a atividade mais nobre da área? Qual a sua essência? A resposta nos dará o perfil de profissional que terá peso predominante nesses conselhos, grupos gestores ou o que seja. Um curso de Engenharia terá que ser dominado por engenheiros praticantes. Os professores acadêmicos têm que estar presentes, pois há disciplinas acadêmicas nos mestrados profissionais. Mas não podem mandar demais. Se isso acontecer, voltamos à estaca zero da mímica ao mestrado acadêmico.

Tipicamente, deveremos pensar em estruturas de governo onde, digamos, um terço será composta de professores com plena titulação acadêmica, um terço de praticantes com ampla experiência no que ensinam (qualquer que seja a sua titulação) e um último terço de representantes das empresas do ramo. Essa última representação é a mais problemática. Mas sabe-se que quando há especificidade na área, já começa a ficar mais fácil encontrar bons representantes de empresa. Nesse grupo, além de representantes das empresas, poderão ser incluídos funcionários das grandes firmas consultoras, funcionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) especializados na área e os *head-hunters* correspondentes.

#### *Carreira docente e a valorização da vida profissional*

A hipertrofia dos diplomas na vida universitária brasileira já é por demais conhecida e não requer mais críticas. O que se requer é ação. Sem valorizar a experiência profissional, matamos no nascedouro qualquer chance de êxito de tais mestrados.

É preciso que os professores do mestrado reflitam a natureza da profissão e que haja um equilíbrio correto entre acadêmicos, profissionais/ acadêmicos e profissionais com pouca vivência acadêmica, isto é, do

mundo empresarial. É preciso que os profissionais ricos em experiência e pobres em diplomas possam ter as mesmas regalias, galgar aos mesmos postos funcionais e receber as mesmas remunerações que seus colegas ricos em diplomas e pobres em experiência.

Paralelamente, é preciso que os cursos onde essas pessoas vão ensinar valorizem a experiência profissional e busquem um equilíbrio que é próprio do perfil de profissional que se quer produzir.

Nada disso acontece por iniciativas locais ou como resultado de pregações. Ou o MEC alinha seu discurso com suas regras ou tudo permanecerá como está. É essencial rever a posição dos que têm experiência e não têm diplomas. É essencial que as avaliações punam tanto os cursos onde faltam acadêmicos nas disciplinas acadêmicas quanto punam os que têm acadêmicos nas disciplinas onde a experiência de primeira mão é vital.

### *A definição própria das atividades criativas*

Por tradição, a PG *stricto sensu* é definida como um local meio sagrado onde se produz conhecimento novo e onde se pesquisa. Mas na prática, é apenas um lugar onde se publica nos periódicos listados no *Current Contents* ou pelo menos que tenham critérios rígidos de aceitação de trabalhos. Como prêmio de consolação, entram os periódicos que operam nos mesmos moldes, sem chegar a entrar nas listas do ISI.

Mas nem tudo que é criativo e nem tudo que é importante se materializa em um *paper* acadêmico. E nas áreas profissionais, em geral, o que conta não é o que se publica. Portanto, é vital que cada área defina claramente o que é a essência da sua atividade criativa. E são as manifestações dessa essência que deverão ser valorizadas.

Vale a composição da sonata e não o ensaio avaliando o seu contraponto e métrica. Vale o concerto e não a biografia do compositor. Vale a consultoria que aumentou a produtividade da empresa em tantos por cento, e não a análise de regressão hierárquica sobre os fatores que incidem na produtividade. Vale a aula bem dada, e não o que aprendem os alunos, em discussões rarefeitas ou dogmáticas sobre a obra de Vigotsky.

Ou os mecanismos de avaliação criados valorizam essa essência da criatividade em cada área, ou não daremos um passo à frente.

### *Os calendários e horários desenhados para a clientela colimada*

O mestrado profissional é, sobretudo, voltado para profissionais que querem avançar seus conhecimentos, sejam funcionários de empresas, sejam professores. Ou seja, é um mestrado para quem trabalha.

E quem trabalha tem noites, fins de semana e férias para estudar. Se os programas não se adequarem ao perfil da clientela, por que criá-los? Lembremo-nos que grande parte dos alunos da PG americana não são futuros cientistas estudando em tempo integral, mas professores usando suas férias para obter seus mestrados ou doutorados. É predominantemente assim que estudou grande parte dos 55% de professores de primeiro e segundo grau que têm mestrados.

Certamente, muitos alunos potenciais querem tanto a vocação profissional quanto a possibilidade de ter seus diplomas aceitos na sua carreira acadêmica. De fato, é uma hipótese razoável supor que o aluno típico pensa em uma dupla militância: ensino e consultoria. Portanto, a validade do diploma perante a Capes é fundamental para uma proporção grande.

### *O uso de tecnologia e as modalidades semipresenciais*

Se os alunos são mais maduros e motivados, mas ocupados e presos ao seu mundo profissional e familiar, a tecnologia pode ajudar. Com todos os recursos hoje tecnicamente disponíveis e dominados, mesmo no Brasil, não há razões para deixar de usá-los, tornando o ensino mais eficiente e mais conveniente.

Em muitos casos, as modalidades semipresenciais podem ser de grande utilidade para otimizar o uso do tempo dos alunos, sobretudo quando não moram perto. Deverá ser explicitamente encorajada a utilização de tais meios (Computador + Internet + tele-conferência + vídeos + etc.). Legitimá-los não pode continuar a ser uma cruzada, uma guerra santa, sempre perdida.

### *A coerência do modelo com o resto do MEC*

A Capes tem certo alcance em suas políticas. Mas a avaliação da graduação, a definição das condições de operação de cursos superiores, a valorização da experiência profissional e muitos outros fatores vitais para o êxito da empreitada estão fora do âmbito da Capes.

Portanto, para que a iniciativa tenha êxito, é necessário um concerto de políticas dentro do MEC. De outra forma, um puxa para um lado, outro para o outro e ficamos tão imobilizados quanto antes. Ou Capes, Secretaria de Ensino Superior (SESu) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) falam a mesma língua ou nada vai dar certo.

### **Os mecanismos de implantação**

Uma coisa é a lógica do funcionamento dos programas, com seus incentivos de mercado e de governo. Outra coisa é a lógica do seu lançamento, com os riscos, os custos fixos de planejamento e implantação e, para compensá-los, os possíveis incentivos que o MEC possa oferecer.

Em particular, dada a inércia das instituições públicas, dadas as reações negativas que os mestrados profissionais vêm encontrando e dadas as restrições financeiras presentes dentro delas, não podemos esperar demais do setor público.

As privadas são movidas pelo incentivo das clientelas pagantes e há boas razões para acreditar que haja mercado, inclusive com uma forte demanda reprimida. Não obstante, para que as privadas se arrisquem em território desconhecido e com riscos inerentes, é necessário que se pense também nos mecanismos de implantação e na cronologia da implementação dos programas.

## *O projeto e os estágios probatórios*

Uma questão que parece fundamental é criar um mecanismo de acreditação para as instituições diferente dos mestrados acadêmicos presentes. Hoje, há uma instituição investe consideráveis recursos e, somente bem mais tarde vai poder submeter seu programa à Capes, com alto risco de “levar bomba” e ficar no limbo. Termina com um programa que sem credenciamento não vale grande coisa.

Seria melhor criar um sistema no qual a instituição antes de dar um só passo apresentasse um projeto Capes, mostrando o que pretende fazer, como vai fazer e, sobretudo, qual o cronograma de implementação de cada fase. Se a análise da Capes concluir que trata-se de um programa com pé e cabeça, realista e interessante, concederá um credenciamento probatório. Ao longo do tempo, a materialização dos planos propostos pela própria instituição confirmará o credenciamento. Em outras palavras, o curso não nasce pronto e não tem que estar pronto para ser credenciado. Ele nasce, isso sim, com um plano pronto, com uma seqüência temporal de desenvolvimento razoavelmente explicitada.

Isso é de grande importância para o desenvolvimento do núcleo onde se concentrará o esforço de criatividade da instituição. Se for pedido que esta tenha uma folha corrida em atividades práticas, por exemplo, empresas, antes de ser credenciada, não vai funcionar. Como a instituição poderá criar tal experiência se não tem um programa onde possa desenvolvê-la?

Lembremo-nos, não se trata de criar grandes programas de pesquisa, pois esse não é o espírito do curso. Trata-se, isso sim, de ir criando uma *expertise* técnica, um acervo coerente de experiências mais ou menos cumulativas. À instituição deve ser pedido que planeje suas atividades para que ao longo do tempo essa competência se desenvolva, não que a tenha *ab ovo*. Em áreas como as engenharias e administração, a competência acumulada é mais ou menos como a que têm as grandes empresas de consultoria.

De qualquer forma, deve haver um pré-credenciamento ou um credenciamento probatório, de tal forma que já comece o curso como mestrado profissional. Não é viável esperar que opere na “informalidade” por algum tempo, até que a Capes haja por bem credenciá-lo.

E em particular, se forem feitas exigências de que por trás do mestrado profissional haja um mestrado acadêmico ou um doutorado, matamos no nascedouro muitas iniciativas de grande potencial, não apenas do setor privado de ensino como também de grandes empresas que têm vocação para treinamento profissional – e.g. o desenvolvimento das chamadas “universidades corporativas”.

## *O apoio à pesquisa e desenvolvimento de materiais e programas de ensino*

Novos programas requerem novos materiais, novas estruturas de ensino, novos livros-textos, preparação de docentes, além de pesquisas de mercado e outros investimentos que tornam o curso melhor e mais afinado com as necessidades. No caso do uso de tecnologia, os custos

fixos são sempre consideráveis. Seria razoável pensar que a Capes possa financiar tais investimentos fixos iniciais, em alguns casos. Sem isso, teríamos mais um mecanismo de iniquidade, favorecendo às instituições mais ricas e com recursos para bancar custos dessa natureza. Por outro lado, com tais inversões, aumenta-se a qualidade do ensino e a sua utilidade social.

#### *As bolsas de estudo da Capes*

Se entendemos que é preciso sinalizar que chega a hora dos mestrados profissionais, o instrumento da Capes para balizar o sistema são as bolsas de estudo. Portanto, as bolsas devem ser usadas naquelas áreas onde há mais interesse em ver crescimento, sobretudo quando as clientelas têm menos recursos (como é o caso dos futuros professores, discutido abaixo).

### **O caso superespecial dos mestrados para formar professores**

É dramática a escassez de professores de bom nível, em todos os níveis e em todos os azimutes do mapa do Brasil. E como não há bom ensino sem bons professores, se há uma prioridade mais prioritária para a Capes é a formação de professores. Portanto, destacamos abaixo a área que deverá receber mais atenção e apoio nos mestrados profissionais.

#### *Mestre em ensino de “alguma coisa”*

Mestrado em ensino, sim, mas ensino de alguma coisa bem concreta. Não precisamos de mais cursos genéricos, discutindo teorias pedagógicas da moda ou de séculos passados. Portanto, falamos de ensino de física, de administração ou o que seja. Mas tem que ter especificidade e foco.

#### *O esforço de indução da Capes*

Na área da formação de professores é onde a Capes deverá concentrar todo o seu esforço. É essa área para onde devem se concentrar os mais volumosos recursos. Não é apenas a importância intrínseca da área, mas, sobretudo, o fato de que não apenas os alunos são mais pobres, mas é preciso atrair as melhores cabeças.

Chamo atenção para o caso dos centros (CERPs) recentemente criados no Uruguai, para formar professores. Por oferecerem bolsas completas para jovens do interior, conseguem atrair um nível de alunos muito superior ao que atrai a velha Escola Normal de Montevideú. Ou seja, com um investimento de dois anos em bolsas de estudo, recrutam-se alunos – e futuros professores de muito melhor qualidade. Ou seja, sem aumentar os salários dos professores, obtêm-se uma matéria-prima muito superior.

#### *A participação de outros órgãos do MEC*

Há recursos para formação e reciclagem de professores em outras partes do MEC. Não é descabido pensar que poderiam ser utilizados para apoiar programas de qualidade desse tipo.

### *O perfil dos professores*

Quando pensamos no corpo docente de um mestrado para professores, devemos pensar que tais cursos devem ter pessoal com três perfis diferentes. São necessários os mais acadêmicos, com seus conhecimentos teóricos mais profundos. Devem também haver alguns poucos que possam ensinar uma didática aplicada. E, mais importante, deve haver muitos professores que sejam os *super-teachers* em sala de aula. O centro de gravidade do curso deve estar pendendo em direção ao último grupo. Em um mestrado para ensinar física no ensino médio, devem estar como professores as grandes estrelas das melhores escolas de ensino médio – e por que não dos cursinhos. Em minha carreira de estudante, os melhores professores de ciências estavam nos cursinhos, ensinando de verdade, ao contrário do mito corrente de que apenas adestram.

Pela mesma forma, nos conselhos, órgãos colegiados e forças-tarefa, esse mesmo equilíbrio de forças deve prevalecer. São os bons praticantes que devem ter peso em programas onde a prática e as artes do bem fazer são o alvo central.

### *O estágio supervisionado*

Cursos de professores, de quaisquer níveis, exigem estágios supervisionados. Sem isso, repetimos os erros do passado.